

10 de agosto de 2020 – n° 1580



Começa a Campanha Salarial Nacional

crédito: Cláudio de Oliveira/Max Francioli



 App BancáriosCPS: convênios (Baixe em App Store ou Google Play) • www.bancarioscampinas.org.br

 Facebook: @bancarioscps  youtube.com/bancarioscps  Twitter: @bancarioscps  Instagram: @bancarioscps  WhatsApp: (19) 99883-7717



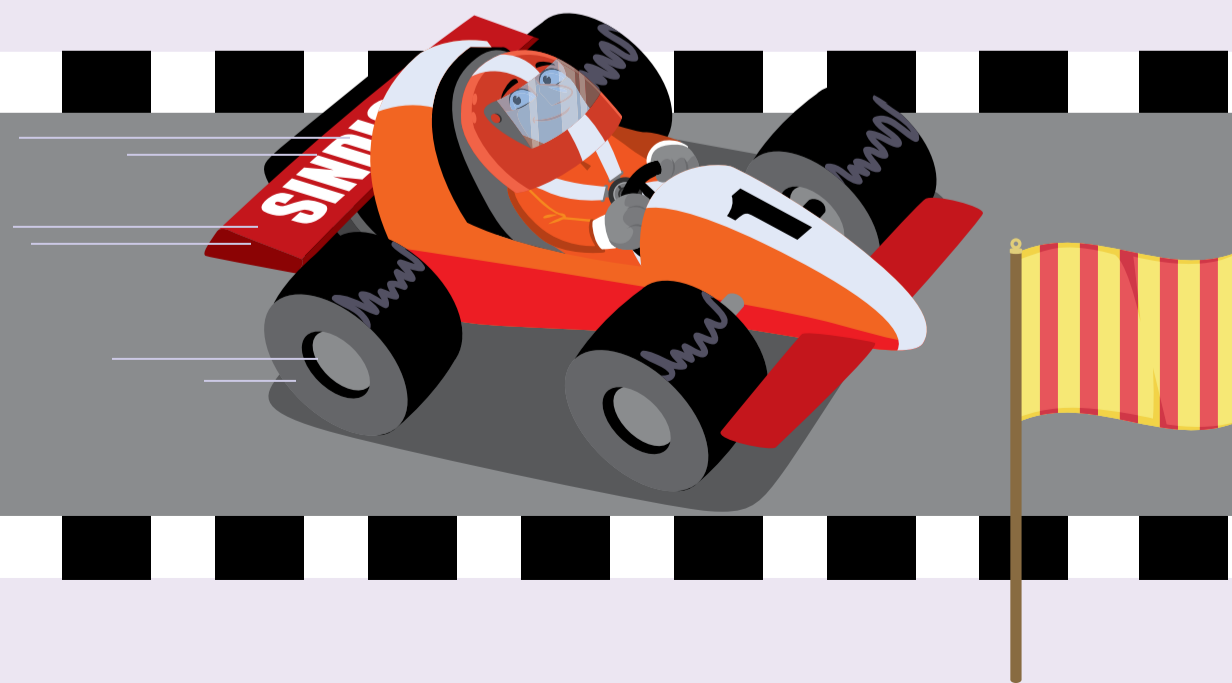
Começa a Campanha Nacional: Sindicato e Bancos negociam teletrabalho

O Comando Nacional dos Bancários, que representa os sindicatos de trabalhadores, apresentou à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) uma série de propostas visando regulamentar o teletrabalho, durante a primeira rodada de negociação da Campanha Nacional, realizada no dia 4 deste mês de agosto, por videoconferência.

Entre as propostas do Comando, manutenção de todos os direitos, respeito à jornada, igualdade de oportunidades e fornecimento de equipamentos, que devem constar em cláusula específica da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

As reivindicações apresentadas foram construídas com base em pesquisa do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) com 11 mil bancários, realizada entre os dias 1º e 12 de julho. A pesquisa constatou, entre outros problemas, agravamento da saúde após teletrabalho, gastos com equipamentos não compensados pelos bancos e jornada de trabalho excessiva.

A pesquisa constatou também que apenas 19% da categoria têm espaço adequado para exercer atividades profissionais em suas casas. Em função da pandemia do novo coronavírus, o teletrabalho envolveu aproximadamente 300 mil trabalhadores bancários.



Posição dos bancos

A Fenaban destacou que não há consenso entre os bancos sobre negociar o tema, porém assumiu compromisso em discutir as propostas da categoria internamente e apresentar uma posição durante o processo de negociação.

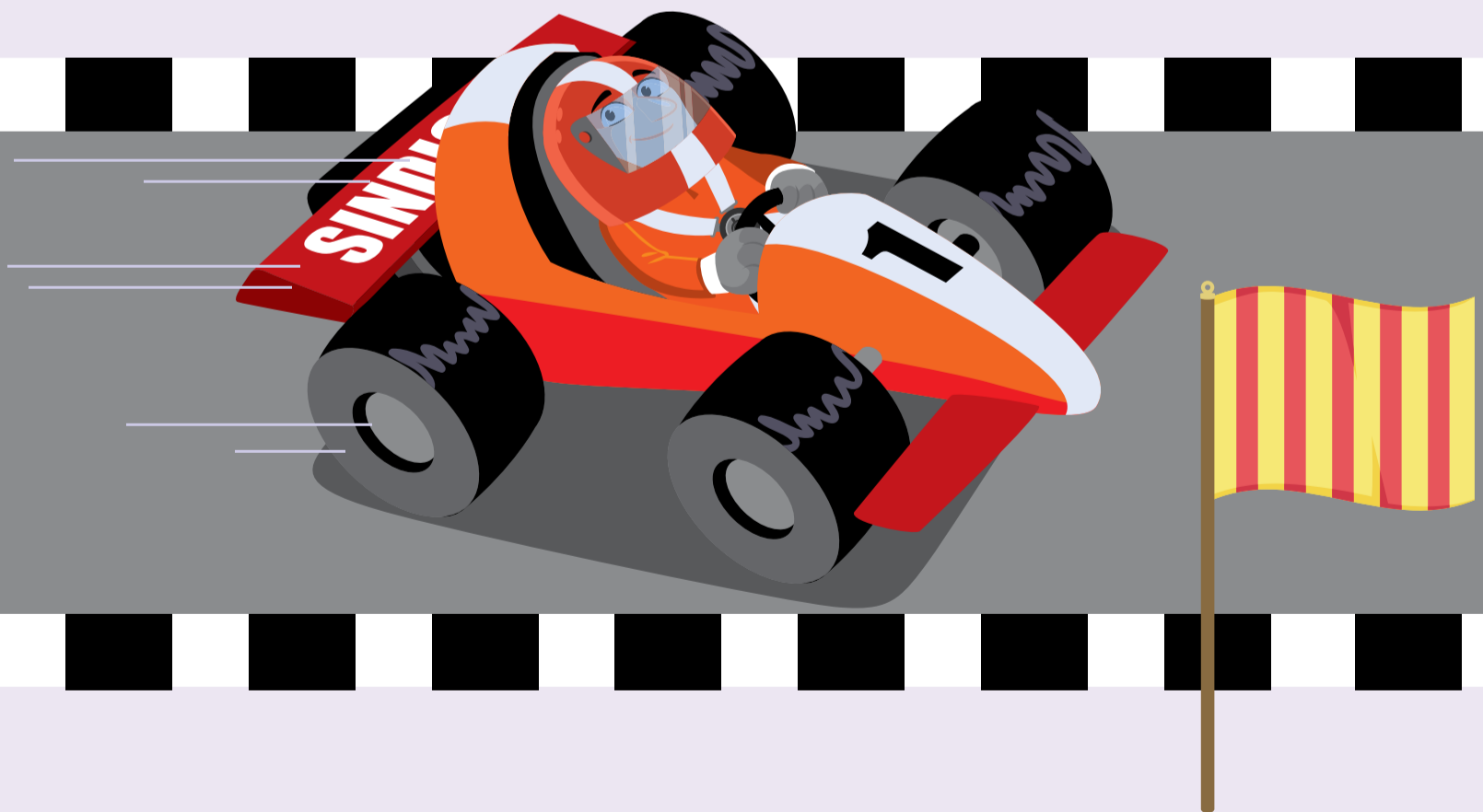
Posição do Sindicato

Para o presidente do Sindicato, Lourival Rodrigues, "a Fenaban não fugiu ao padrão frente à proposta de uma nova cláusula na CCT. O teletrabalho, no entanto, tem que ser regulamentado. Essa é a tarefa dos sindicatos".

Calendário: O processo de negociação foi dividido em blocos temáticos. Entre os dias 11 e 14 de agosto, o Comando e a Fenaban negociam os seguintes temas: saúde e condições de trabalho, igualdade e cláusulas sociais. Entre os dias 18 e 21, cláusulas econômicas; en-

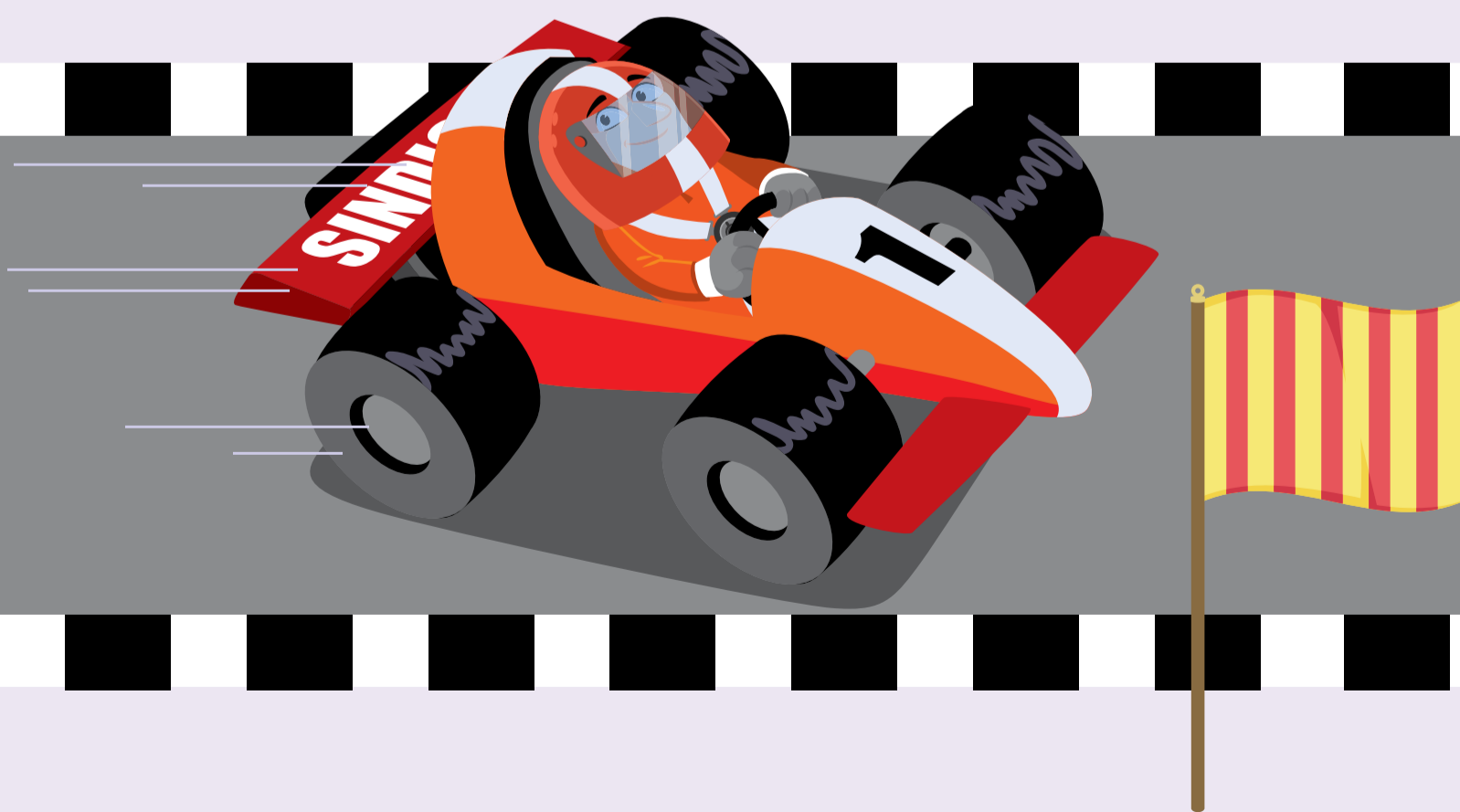
tre os dias 25 e 28, cláusulas econômicas e pendências de rodadas anteriores. Na segunda rodada, realizada no dia 6, o tema foi emprego.

Acompanhe as negociações da Campanha Nacional (Comando e Fenaban) e as rodadas específicas com os bancos públicos (BB e Caixa) no site do Sindicato: www.banca-rioscampinas.org.br



Reajuste salarial

Aprovada pela 22ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada nos dias 17 e 18 de julho, referendada em assembleia virtual da categoria nos dias 20 e 21 e entregue à Fenaban. O último dia 23, a pauta de reivindicações da Campanha prevê reajuste salarial equivalente a reposição da inflação registrada no período de setembro de 2019 a agosto deste ano, mais 5% de aumento real. A atual CCT tem vigência até o dia 31 deste mês de agosto; a data-base da categoria é 1º de setembro.





BB: meta não é serviço essencial

A diretoria do BB finge desconhecer as regras do jogo durante a pandemia. As autoridades sanitárias orientaram a adoção da quarentena, do distanciamento social, de medidas de proteção à vida; já decretos/portarias dos governos federal, estaduais e municipais e leis específicas, emitidas no início da pandemia, estabeleceram ou recomendaram o afastamento do trabalho das pessoas que integram ou coabitam com o grupo de risco e mães com filhos em idade escolar, a antecipação de férias, o teletrabalho (home office), o estado de calamidade pública, dentre outras ações.

No setor bancário, o inciso XX do artigo 3º do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020,

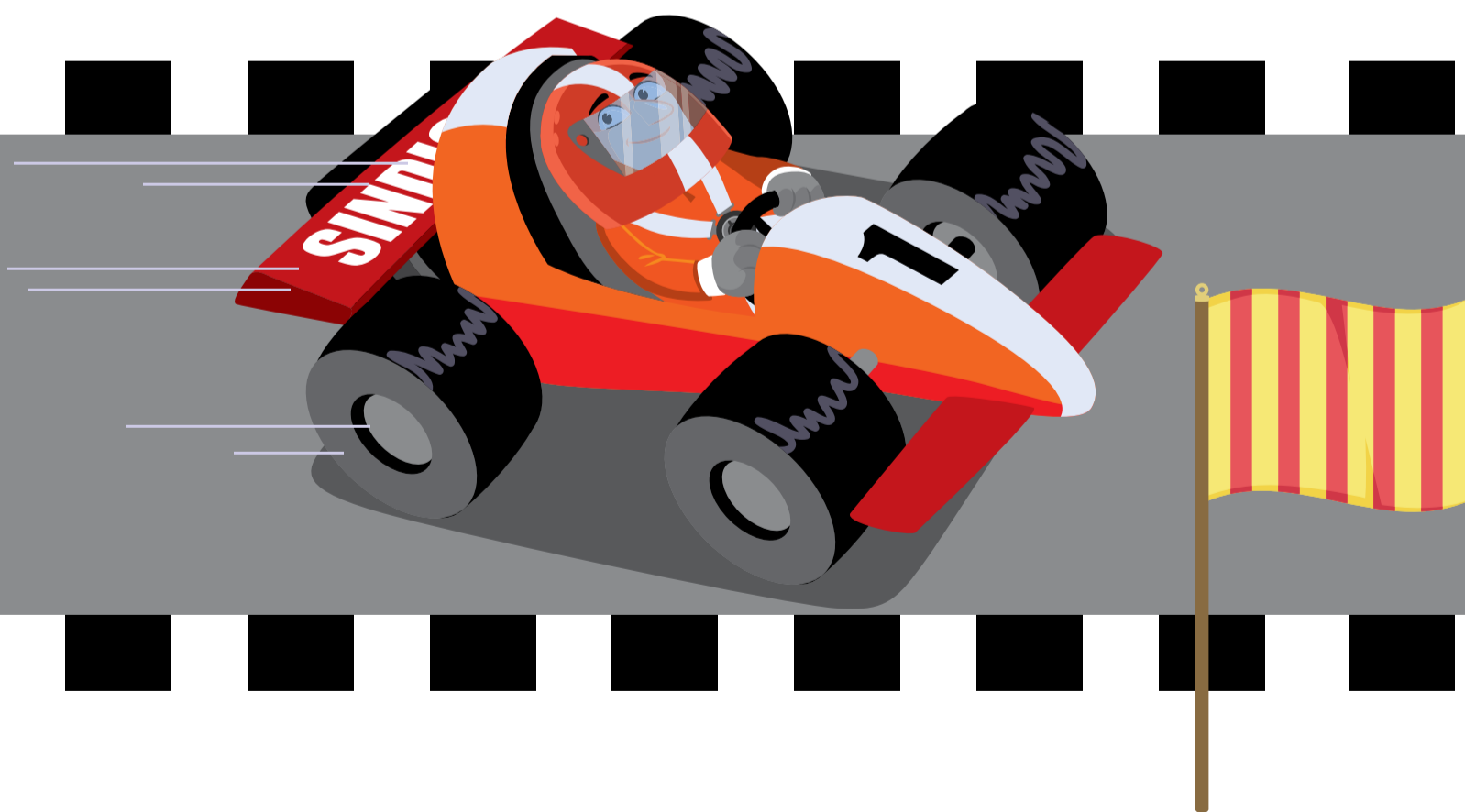
deixa bastante claro o que são serviços essenciais: "compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras".

Metas, principalmente abusivas, como exige a diretoria do BB, não figuram como serviços essenciais, no citado Decreto. Nem mesmo fechar agências, com funcionários encarcerados, oferecendo seguros, consórcios, CDC, migração de fundos, investimentos, Ourocap, etc., via telefone. E o desrespeito a funcionários que permaneceram nos locais de trabalho para prestar atendimento "às necessidades inadiáveis da comunidade", como previsto no Decreto nº 10.282, vai além.

Não bastasse o excesso de trabalho, a diretoria do banco, não adota medidas de proteção à vida daqueles que estão na linha de frente. A instalação de placas de acrílico fica res-

trita aos caixas; nos guichês de atendimento, apenas as máscaras dos funcionários e clientes para impedir a disseminação da Covid-19. A triagem de atendimento, o rodízio e a redução da jornada sequer foram adotadas.

Os sindicatos, a cada reunião com o BB, cobram o cumprimento das medidas para enfrentar a pandemia. Para a diretoria do banco, no entanto, as vidas não importam; tão somente o lucro a qualquer custo. É preciso mudar esse jogo.



Sindicato recorre contra cassação da liminar que suspendeu retorno dos funcionários no BB

O Sindicato ingressou recurso no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT), em Campinas, contra a decisão da desembargadora Antonia Regina Tancini Pestana que, no dia 3 deste mês de agosto, cassou a tutela de urgência concedida pelo juiz Eduardo Alexandre da Silva, da 3ª Vara do Trabalho de Campinas.

Em sua decisão, anunciada no dia 29 de julho, o juiz Eduardo Alexandre da Silva determinou que o Banco do Brasil "se abstenha de exigir o retorno ao trabalho presencial" dos funcionários afastados por coabitarem com pessoas

enquadradas no grupo de risco para o novo coronavírus.

BB nega rever medida

O Sindicato decidiu ingressar ação civil pública na Justiça depois que o BB, em videoconferência realizada no dia 22 de julho, não concordou em rever o retorno dos funcionários coabitantes, a partir do dia 27 daquele mês, e jogou a responsabilidade sobre os gestores. Segundo o banco, a medida anunciada no dia 21 de julho não implicava na convocação de todos os funcionários que coabitam com pessoas do grupo de risco (Covid-19). E mais: para o BB, gestores que exigiram o retorno podem ter compreendido a medida de forma errônea ou necessitavam de pessoal para o trabalho nas agências e departamentos.

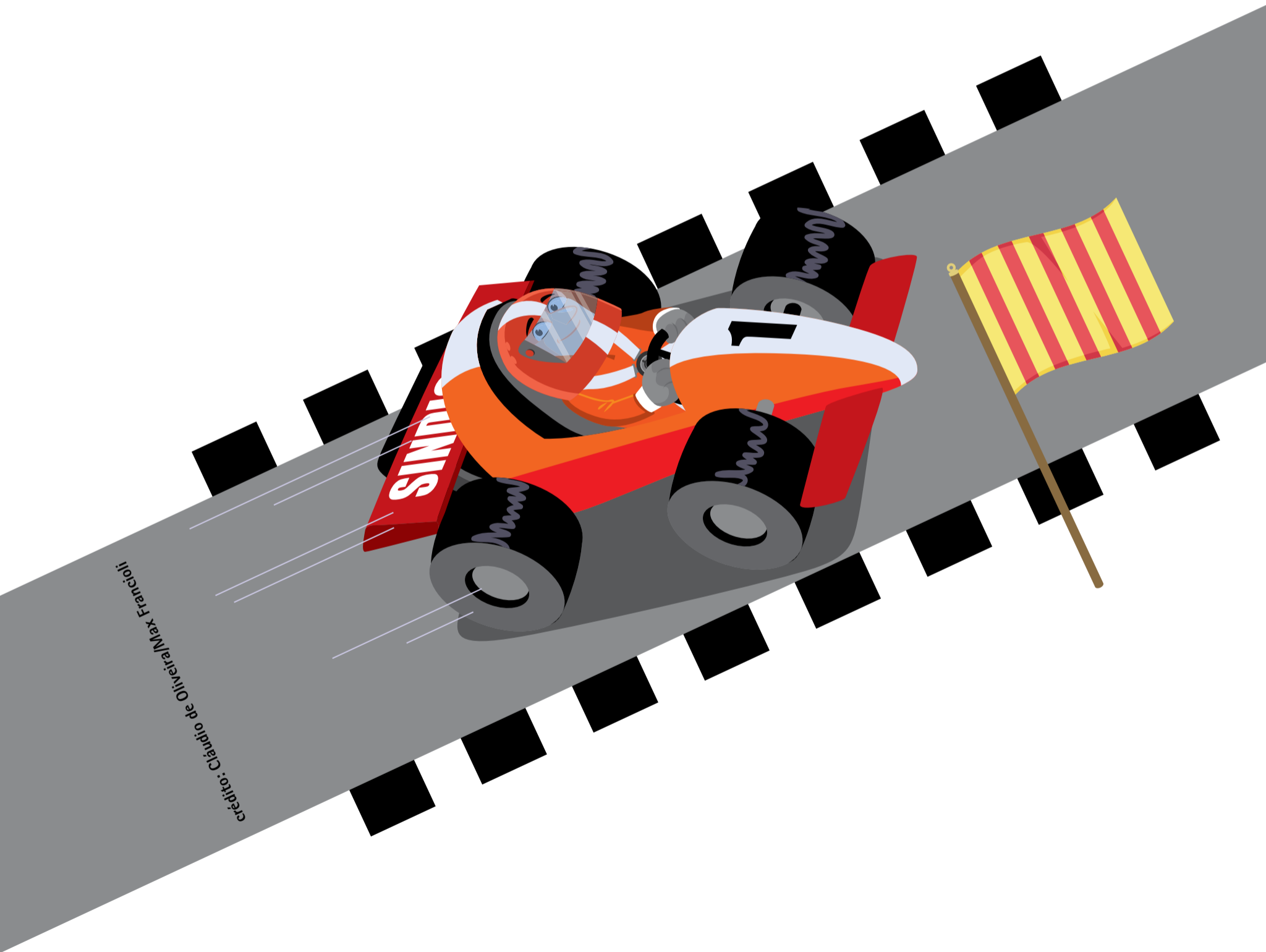


Sindicatos e Santander discutem LGPD, PLR, Teletrabalho e Covid

Os 23 sindicatos filiados à Federação dos Bancários de SP e MS, incluindo Campinas, se reuniram no dia 4 deste mês de agosto com a diretoria de Recursos Humanos do Santander, por videoconferência. Na pauta, o Termo aditivo ao contrato de trabalho (elaborado com base na Lei Geral de Proteção de Dados/LGPD), PLR, teletrabalho (home office) e o novo protocolo sobre a Covid-19.

Após discutir os temas citados acima, os sindicatos abordaram a marcação de ponto, melhor diálogo com os funcionários, dentre outros. O Santander assumiu compromisso em agendar nova reunião no prazo de duas se-

manas. “Diante desse quadro, é hora de levantarmos as demandas dos funcionários, discutir com os demais sindicatos e apresentar na próxima reunião com o Banco”, avalia a diretora o Sindicato, Patrícia Bassanin, que participou da videoconferência.



Patrícia Bassanin disputa reeleição no SantanderPrevi

A diretora Financeira do Sindicato, Patrícia Bassanin, disputa reeleição ao Conselho Fiscal do SantanderPrevi. A votação será eletrônica, via site do fundo de previdência privada (www.santanderprevi.com.br), entre os dias 31 de agosto e 4 de setembro. Antes da decretação do estado de calamidade pública, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, a eleição seria realizada entre os dias 30 de março e 3 de abril. Votam



os participantes ativos e assistidos, que não podem perder a oportunidade de eleger seus representantes.

O pleito deste ano é o segundo depois da conquista na Justiça, que garantiu eleição direta; o primeiro aconteceu entre os dias 28 de julho e 3 de agosto de 2017. Até a conquista histórica, a patrocinadora tinha a prerrogativa de indicar todos os conselheiros; hoje, indica dois representantes para cada Conselho; já os participantes e assistidos elegem, democraticamente, os conselheiros que devem cuidar de suas aposentadorias.

Diretoria do Sindicato apoia Patrícia e Orlando

A diretoria do Sindicato apoia, além da candidatura de Patrícia Bassanin, Orlando Puccetti Junior para o Conselho Deliberativo. Dois candida-

tos com autonomia nas decisões, comprometidos com os reais interesses dos participantes e assistidos, comprometidos em assegurar um futuro tranquilo, uma aposentadoria decente.

Entre as propostas de trabalho de Patrícia e Orlando, cabe destacar: 1) assegurar o debate de todas as propostas de mudanças, entre os representantes dos participantes e assistidos e a patrocinadora; 2) discutir o plano de aposentadoria nos locais de trabalho, com regularidade; 3) garantir efetiva fiscalização; 4) lutar pela participação efetiva dos suplentes nos colegiados; e 5) construir a implantação de um Comitê de Investimentos.





Chapa 1 vence eleição na Previ

A Chapa 1, Previ para o Associado, venceu a eleição na Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), que renovou a diretora de Seguridade e parte dos conselhos Deliberativo, Fiscal e consultivos do Plano 1 e do Previ Futuro.

Apoiada pela diretoria do Sindicato, a Chapa 1 recebeu 64.880 votos (58,14%). A votação eletrônica aconteceu entre os dias 13 e 27 de julho. O ex-coordenador da Comissão de Empresa (CEBB), Wagner Nascimento, foi eleito Diretor de Seguridade.

Para a diretora do Sindicato, Elisa Ferreira, que representa a Federação dos Bancários de SP e

MS na CEBB (Comissão de Empresa dos Funcionários), "os associados elegeram a chapa comprometida em manter a Previ forte e sólida, que assegure um futuro tranquilo".

Mercantil do Brasil paga indenização para demitidos

O Banco Mercantil do Brasil concordou em indenizar os funcionários demitidos durante a pandemia do novo coronavírus, em reunião com os sindicatos realizada no dia 15 de julho, mediada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em Belo Horizonte (MG). A indenização tem abrangência nacional.

Na abertura da reunião, os sindicatos reafirmaram a proposta de cancelamento das mais de 60

demissões ocorridas desde o dia 1º de junho e a garantia de não demitir durante o "Estado de Calamidade Pública", decretado em função da Covid-19, que encerra no dia 31 de dezembro deste ano. O Mercantil do Brasil, no entanto, não concordou com a reintegração dos demitidos. Diante do impasse, os sindicatos propuseram o pagamento da citada indenização.

Principais pontos da reunião

Pagamento de indenização a todos os funcionários demitidos a partir do dia 1º de junho, no valor total de R\$ 3.500,00 (crédito efetuado no dia 24 de julho).

Ampliação da assistência médica hospitalar e do plano odontológico por mais seis meses, sem prejuízo aos prazos garantidos e determinados pela CCT.

Compromisso em não demitir até o dia 31 deste mês agosto.



curso: CPA 20. Em Campinas

Dias de aulas: 24, 25 26, 27 e 31 de agosto;
1º, 2, 3, 8, 9, 10 e 14 de setembro.

Horário: 19h às 23h (com intervalo de 15 minutos). 48h/
aula

Prazo de inscrição: 21 de agosto

Inscrição: Na sede do Sindicato ou via e-mail: *atendimen-
to@bancarioscampinas.org.br*

Custo

Sindicalizado: R\$ 576,00 (3 parcelas de R\$ 192,00)

Não sindicalizado: R\$ 960,00

Aviso: Caso as medidas de quarentena/isolamento social, adotadas em função da pandemia do novo coronavírus, estiverem em vigor em Campinas, o curso não será realizado nos dias programados.

Curso de paternidade online e gratuito

O Ministério da Saúde, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, disponibiliza curso de paternidade responsável online e gratuito, intitulado "Pai Presente: Cuidado e Compromisso".

Para o bancário que queira solicitar licença-paternidade ampliada (20 dias), prevista na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), o curso é obrigatório.

Licença de 20 dias: A cláusula 26ª da CCT prevê a prorrogação por 15 dias da licença-paternidade de cinco dias garantida pela Constituição Federal.

Ligue para os diretores e assessores do Sindicato.

Bradesco

Lourival (19) 99883-7794

Eduardo (19) 99883-7971

Daniel (19) 9 9883-7434

Gustavo (19) 99883-7244

Jacó (19) 9 9883-7779.

Banco do Brasil

Elisa (19) 99883-7195

Linda (19) 99883-7852

Marcos Eduardo (19) 9 9732-3311

Cida (19) 99883-7806.

Caixa Federal

Pipoca (19) 99883-8287

Marcelo Lopes (19) 99863-7612

Lilian (19) 99787-0247

Silvio (19) 99883-7479.

Itaú

Vander (19) 99883-7685.

Santander

Cristiano (19) 99883-7736

Patrícia (19) 99883-7152.

Assessores

Carla: (19) 99883-7706

Celso: (19) 99883-7715

Noel: (19) 99883-7837

Walter: (19) 99883-7590.

**Bancário (a),
junte-se ao Sindicato.
Abrace a luta.**

Expediente - O BANCÁRIO - Publicação do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região. Presidente: Lourival Rodrigues da Silva. Jornalista Responsável: Jairo Gimenez (Mtb 13.683). Diretor de Imprensa: Cristiano Meibach. Criação: Airton Francisco. Sede: Rua Ferreira Penteado, 460, centro. Fone: (19) 3731-2688 - Clube: (19) 3251-3718. Subsedes: Americana: (19) 3406-7869 - SJB Vista: (19) 3622-3514. Internet: www.bancarioscampinas.org.br. E-mail: jorbanc@bancarioscampinas.org.br. Filiado à FEEB SP-MS, Contraf-CUT e CUT.

A large, bold, red letter 'S' with a white outline, set against a background of light gray curved shapes.

**SINDICATO DOS
BANCÁRIOS**

CAMPINAS E REGIÃO